

A ECONOMIA DESUMANA: PORQUE MATA A AUSTRERIDADE

STUCKLER, David; BASU, Sanjay. Tradução de Rui Pires Cabral. Lisboa: Bizâncio, 2014, 303 p.

Recebido em 27/01/2025

Aprovado em 30/03/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1224

**PEDRO HENRIQUE
MAURÍCIO
ANICETO**

Bacharelado em Ciências
Econômicas na Universidade
Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Email: pedro.aniceto@estudante.ufjf.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1664-2574>

As políticas de austeridade se constituem como uma resposta paradigmática às crises econômicas no sistema de produção capitalista, geralmente justificadas pela necessidade de ajuste incessante de contas públicas e restauração da confiança dos agentes, que hoje se expressa sob a forma de “opinião do mercado”. Ocorre que sua implementação tem demonstrado impactos deletérios de grande envergadura, especialmente em contextos em que as redes de proteção social são insuficientes ou deliberadamente desmanteladas. *A Economia Desumana: Porque mata a austeridade*, de David Stuckler e Sanjay Basu, consiste em uma contundente denúncia dos custos humanos decorrentes da lógica do capital, bem como de seus efeitos brutais.

De uma perspectiva inter e multidisciplinar, os autores investigam os denominados “experimentos naturais”¹ que aconteceram em várias conjunturas históricas e geográficas, em que se coloca a relação estrutural entre cortes no investimento em serviços distribuídos pelo Estado e a intensificação da desigualdade socioeconômica e dos indicadores de morbimortalidade. Ao mesmo tempo, a obra se consolida como uma crítica ao paradigma neoliberal, ao demonstrar que a austeridade não mitiga as

¹ Para os autores, “experiências naturais” ocorrem quando, em uma situação de recessão ou crise, os agentes políticos optam por cursos de ações distintos. Essas divergências criam uma oportunidade para estudos que visam compreender os efeitos de determinada decisão política sobre a saúde pública.

crises, mas as agrava, enfraquecendo ainda mais o tecido social sem sanar as debilidades econômicas.

Por conseguinte, a análise proposta por Stuckler e Basu transcende a esfera da saúde pública, inscrevendo-se no debate mais amplo da economia política contemporânea. Suas reflexões dialogam com questões basilares acerca dos limites das políticas fiscais restritivas, a crescente financeirização das economias nacionais e a relação intrínseca entre as escolhas econômicas dos agentes – especialmente do Estado – e as condições materiais do meio social. Estas questões são particularmente relevantes em contextos periféricos, como no Brasil, onde a prevalência de políticas de ajuste fiscal, minando a sustentabilidade dos programas sociais, tem acentuado as desigualdades e comprometido a possibilidade de desenvolvimento mais estável e equitativo.

Estruturado em capítulos que analisam diferentes épocas e contextos nacionais, o livro sublinha com evidências concretas como as decisões econômicas afetam os determinantes sociais da saúde e atuam diretamente sobre a saúde da população. Um exemplo interessante, mencionado no livro, ocorre na análise da Rússia pós-soviética, onde a transição abrupta para um capitalismo de mercado culminou num colapso demográfico sem precedentes. Os autores indicam que, entre 1991 e 1994, a expectativa de vida dos homens desceu de 64 para 57 anos, enquanto o desemprego e a pobreza ganharam dimensões alarmantes. Essa decadência foi atribuída ao dismantling das redes de proteção social e à ausência de políticas públicas compensatórias para os efeitos da transição. Os autores contrastam essa experiência com a de países como a Eslovênia e a República Tcheca, que adotaram um modelo mais gradual de reforma econômica, mantendo seus sistemas de proteção social e, deste modo, evitando os impactos devastadores sobre a sociedade que se observaram em alguns outros países, como aconteceu com o vizinho do Leste.

Entre os casos emblemáticos examinados pelos autores, está o da resposta à crise financeira de 2008 na Europa, com especial referência à Grécia. Sob

imposições da troica², o governo grego lançou mão de medidas severas de austeridade, com um corte feroz em saúde, educação e assistência social. Stuckler e Basu provaram que essas políticas resultaram em um aumento dramático nas taxas de mortalidade, suicídios e doenças infecciosas, além de agravar a recessão econômica. Em contrapartida, a Islândia rejeitou as condições de austeridade impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), preservando suas despesas em saúde pública e assistência social e alcançando assim uma recuperação mais rápida e duradoura sem os custos humanos constatados em outros países. Tais exemplos justificam a tese central sustentada pelos autores de que “as recessões ferem, mas a austeridade mata” (p. 25).

O livro também discorre sobre o caso dos chamados tigres asiáticos durante a crise de 1997, indicando que as respostas eram variadas entre os países da região. A Indonésia e a Tailândia, que impuseram rígidas políticas de austeridade de acordo com o FMI, experimentaram aumentos significativos na mortalidade infantil, na desnutrição e nas doenças infecciosas; a Malásia, em vez disso, seguiu políticas de estímulo fiscal e sustentou sua rede de proteção social, não padecendo do mesmo tipo de catástrofe social e recuperando-se mais rapidamente após a crise. Essa dicotomia reforça materialmente a visão dos autores de que as escolhas políticas feitas em momentos de crise são categoricamente determinantes tanto para o bem-estar populacional quanto para a trajetória de recuperação econômica.

A originalidade da obra reside em sua abordagem crítica das suposições do neoliberalismo, em particular, a suposição de que cortes de orçamento rigorosos são necessários para equilibrar o orçamento em tempo de recessão ou crise. Os autores ponderam que esses cortes não apenas falharam em promover o crescimento, mas também geraram custos sociais e econômicos maiores do que os benefícios supostos. Baseando-se em evidências

² Na palavra dos autores, “(...) os tecnocratas estrangeiros do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia (o corpo executivo da União Europeia) e do FMI, envolvidos em acesas discussões sobre o futuro da Grécia” (p. 125).

materiais de países que tomaram direções políticas diferentes, como a Islândia, que rejeitou a austeridade após 2008, Stuckler e Basu demonstram que o investimento em redes de proteção social pode proporcionar largo impulso econômico, desencadeando uma recuperação mais rápida e mais equitativa.

A obra brilha também ao desmistificar o discurso hegemônico segundo o qual a austeridade é uma necessidade e uma inevitabilidade para o enfrentamento das crises econômicas. Stuckler e Basu utilizam dados ricos para evidenciar que os cortes em investimentos sociais muitas vezes criam mais problemas econômicos do que os que supostamente resolvem. Os autores apontam que o redimensionamento de políticas públicas, principalmente em saúde, habitação e assistência social, não só ameniza os impactos sociais da crise como também opera como motor de recuperação econômica. Trazendo o multiplicador econômico do gasto público para discussão, asseguram que, “para cada dólar investido nesse tipo de programas [cuidados de saúde pública do governo], produz-se três dólares em crescimento econômico, os quais podem ser usados para pagar a dívida” (p. 15).

Além disso, os autores examinam a dimensão ética das escolhas econômicas e criticam a legitimidade das políticas que penalizam desproporcionalmente as populações mais pobres e vulneráveis. O livro não apenas denuncia os impactos das políticas de austeridade, mas também apresenta alternativas viáveis, com base em exemplos de países que se voltaram para estratégias mais justas e mais sustentáveis. Ao afirmar que o equilíbrio orçamentário pode ser atingido sem renunciar à dignidade humana, o livro fornece uma crítica ao neoliberalismo e uma defesa das políticas públicas enquanto instrumentos fundamentais para o desenvolvimento.

A lógica argumentativa do texto permite uma série de reflexões referentes à cena brasileira. A título de exemplo, pode-se citar a Emenda Constitucional 95, que instituiu o infame teto de gastos públicos por vinte anos, a qual reflete a aplicação do receituário austeritário em um país marcado por profundas desigualdades estruturais. Ao restringir investimentos em

saúde e educação, o Brasil comprometeu sua capacidade de resposta a crises e aprofundou as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável.

O resultado deste linha de ação do Estado ficou evidente durante a pandemia da Covid-19 que vitimou cerca de 700 mil brasileiros. Assim como nos casos analisados pelos autores, em que a austeridade intensificou crises sanitárias e sociais, a condução do governo Bolsonaro seguiu uma lógica negacionista e de retração do Estado, resultando no aprofundamento da vulnerabilidade da população. A minimização da gravidade da pandemia, a desqualificação da ciência e a recusa em ampliar investimentos emergenciais em saúde e assistência social agravaram os impactos econômicos e sanitários da crise. Essa abordagem alinha-se à dinâmica observada em países que adotaram respostas austeritárias, evidenciando mais uma vez que escolhas econômicas baseadas na contenção fiscal em momentos de crise não apenas resultam em elevados custos humanos, mas também comprometem a recuperação econômica.

A Economia Desumana não é apenas uma análise das implicações econômicas e sociais da austeridade, mas um apelo à ação, que desafia governos, instituições financeiras e a própria academia à revisão dos fundamentos de suas políticas fiscais e econômicas. Armados com dados empíricos e estatísticos, narrativas históricas, e uma crítica extremamente fundamentada ao neoliberalismo e à economia do capital, o livro se consagra como referência incontornável para a compreensão das dinâmicas de poder que operam na lógica de distribuição dos recursos públicos, particularmente na área da saúde pública.